



Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.

CNPJ: 29.310.192/0001-14

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório do auditor independente



Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

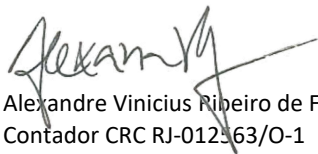
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-012.63/O-1

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.548	17.665
Contas a receber de clientes	5	6.963	495
Cauções e depósitos	7	1.645	1.212
Outros tributos compensáveis		116	17
Créditos com partes relacionadas	6	4.655	6.269
Outros créditos	9	2.267	91
Total do ativo circulante		<u>23.194</u>	<u>25.749</u>
Não circulante			
Imobilizado	8	179.037	181.114
Intangível		3.054	-
Total do ativo não circulante		<u>182.091</u>	<u>181.114</u>
Total do ativo		<u>205.285</u>	<u>206.863</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	1.661	13.450
Empréstimos e financiamentos	11	4.017	696
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	807	300
Outras obrigações fiscais	12	215	200
Ressarcimento mercado regulado	13	9.211	-
Débitos com partes relacionadas	6	8.406	10.189
Obrigações por arrendamentos	14	55	295
Outras obrigações		88	237
Total do passivo circulante		24.460	25.367
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	68.244	55.019
Obrigações por arrendamentos	14	1.089	1.322
Outras obrigações fiscais	12	1.548	1.456
Ressarcimento mercado regulado	13	2.350	-
Provisão para desmantelamento	15	523	1.905
Total do passivo não circulante		73.754	59.702
Patrimônio líquido			
Capital social	16	132.268	129.214
Prejuízos acumulados		(25.197)	(7.420)
Total do patrimônio líquido		107.071	121.794
Total do passivo e patrimônio líquido		205.285	206.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	17	41.935	24.199
Custo do serviço	18	(47.548)	(17.705)
Lucro (prejuízo) bruto		<u>(5.613)</u>	<u>6.494</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(1.717)	(2.318)
Provisão para devedores duvidosos		(16)	-
Outras receitas		1.581	-
Total das despesas operacionais		<u>(152)</u>	<u>(2.318)</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(5.765)	4.176
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	902	1.512
Despesas financeiras	19	(10.948)	(10.801)
		<u>(10.046)</u>	<u>(9.289)</u>
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda		(15.811)	(5.113)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	20	(1.966)	(1.239)
Prejuízo do exercício		<u>(17.777)</u>	<u>(6.352)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(17.777)	(6.352)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(17.777)</u>	<u>(6.352)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	(-) Capital social a integralizar		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	162.676	(79.740)	(1.068)	81.868
Integralização de capital social	-	79.740	-	79.740
Aumento de capital	22.540	-	-	22.540
Redução de capital	(56.002)	-	-	(56.002)
Prejuízo do exercício	-	-	(6.352)	(6.352)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	129.214	-	(7.420)	121.794
Aumento de capital	3.054	-	-	3.054
Prejuízo do exercício	-	-	(17.777)	(17.777)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	132.268	-	(25.197)	107.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(17.777)	(6.352)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	16	-
Encargos sobre obrigações de arrendamentos	93	111
Encargos financeiros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	7.804	577
Depreciação e amortização	6.160	2.833
Apropriação dos custos de transação	46	(865)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.966	1.239
Atualização financeira - desmantelamento	138	
	(1.554)	(2.457)
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(6.484)	(495)
Tributos a compensar	(99)	(7)
Cauções e depósitos vinculados	(433)	(1.212)
Créditos com partes relacionadas	1.614	(2.694)
Outros créditos	(2.176)	831
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(11.789)	(43.862)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	99	(148)
Débitos com partes relacionadas	(1.783)	2.379
Ressarcimento mercado regulado	11.561	-
Outras obrigações	(149)	237
	(11.193)	(47.428)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(828)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.451)	(940)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(13.472)	(48.368)
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	-	
Aquisição de ativo imobilizado	(5.987)	(36.349)
Alienações de imobilizado e intangível	-	
Aquisição de participação societária	-	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(5.987)	(36.349)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	22.540
Integralização de capital	-	79.740
Redução de capital	-	(56.002)
Pagamentos de obrigações por arrendamento	(182)	(1)
Captação empréstimos e financiamentos	16.929	56.003
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(7.405)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	9.342	102.280
Varição no caixa líquido da Companhia	(10.117)	17.563
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	17.665	102
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7.548	17.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 21 de dezembro de 2017, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explorará o potencial solar de 50 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado do Piauí, que foi objeto da Portaria nº 153/2018-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração e com prazo de concessão até 8 de maio de 2053.

Em 22 de fevereiro de 2020 foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a entrada em operação comercial da Central Geradora Fotovoltaica (UFV) conforme Despacho da Aneel nº 590/2020.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 29 de abril de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quando o indicada a base diferente de mensuração.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Políticas contábeis

3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis

eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

3.5. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 8. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras

3.6. Ativo intangível

O ativo intangível corresponde ao direito de exploração de concessões é em função dos contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício

3.7. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada

unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.9. Provisões

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.10. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

3.11. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

3.12. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo CFC

3.13. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de

juízo e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: provisão para desmantelamento e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas correntes bancárias	1.070	6.238
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (a)	<u>6.478</u>	<u>11.427</u>
Total aplicações financeiras	<u>6.478</u>	<u>11.427</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>7.548</u></u>	<u><u>17.665</u></u>

- a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

5. Contas a receber

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	4.675	-	496	5.171	495
Suprimento de energia - ACR -Ambiente de contratação	1.597	211	-	1.808	-
	<u>6.272</u>	<u>211</u>	<u>496</u>	<u>6.979</u>	<u>495</u>
	-	-	(16)	(16)	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>6.272</u>	<u>211</u>	<u>480</u>	<u>6.963</u>	<u>495</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

- a) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, no montante de R\$ 1.808, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo risco hidrológicos (GSF – Generation Scaling Factor). Em setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020 para permitir a renegociação e repactuação do

risco hidrológico para as usinas que comercializam energia no Ambiente de contratação livre - ACL. Dada a publicação da referida lei, que destrava as liquidações do MCP, a Administração acredita que em 2022 a inadimplência seja totalmente recebida de acordo com o cronograma estipulado pela CCEE. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise destas contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia em função desse assunto durante o exercício de 2021. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa existente em 31 de dezembro de 2021 corresponde ao saldo com alguns agentes desligados do MRE no exercício de 2019.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa de incobráveis</u>	<u>31/12/2021</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(16)	-	(16)
	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa de incobráveis</u>	<u>31/12/2020</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza da transação	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020			Referência
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	
Compra e venda de energia	Enel Green Power Paranapanema S.A.	-	32	(363)	-	7.543	(1.919)	(i)
	Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A	-	290	-	-	290	-	
	Enel Green Power Sao Goncalo 8	-	-	5	-	-	-	
	Enel Trading Brasil S.A.	922	1.439	16.456	-	-	-	
Transmissão de energia	Enel CIEN S.A	-	3	(33)	2.164	302	21.928	(ii)
Compartilhamento das despesas comuns do grupo/transferência de custos	Enel Brasil S.A	-	3.872	-	-	-	-	(iii) / (iv)
	Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A	3.575	-	-	3.575	-	-	
	Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A	158	-	-	373	-	373	
	Enel Power do Brasil Ltda	-	302	-	157	-	-	
Suporte Operacional	Enel Green Power Spa GLO	-	2.468	-	-	1.892	-	(iii)
	Enel Green PowerBrasil Participações Ltda	-	-	-	-	7.543	(1.919)	
	Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A	-	-	-	-	160	-	
	Enel Power do Brasil Ltda	-	-	-	157	-	-	
	Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A	-	-	-	-	2	(39)	
	Total de partes relacionadas	4.655	8.406	16.045	6.426	17.732	18.424	

- (i) Os saldos referem-se à compra e venda de energia e estão de acordo com os contratos estabelecidos entre as empresas do grupo Enel.
- (ii) Alocação de custos de suporte de funcionários no projeto de construção do parque eólico. Em função de tais gastos estarem atrelados à construção dos parques eólicos, definidos como ativos qualificáveis, eles foram capitalizados como parte dos custos de construção e formação dos ativos.
- (iii) A referida despesa está relacionada à contratos de fruição de utilidades comuns.
- (iv) Os saldos referem-se a encargos de transmissão de energia.

Conforme detalhado na nota explicava no 16, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (“EGP Brasil” ou “antiga controladora”) pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

7. Cauções e depósitos em garantia

Instituição	Tipo de caução/depósito	31/12/2021	31/12/2020
		Circulante	Circulante
BNB	Fundo de Liquidez do BNB	1.645	1.212
Total		1.645	1.212

O saldo de R\$1.645 (em 2020: R\$ 1.212) é composto por valores em garantia conforme definido no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste seguindo a definição abaixo:

- **Fundo de liquidez do BNB:** conta corrente composta com, no mínimo, o valor equivalente a 6 prestações de reembolso, compreendendo principal e encargos, tomada como referência a prestação média. O saldo dessa conta corrente é gerido pelo Banco do Nordeste e, conforme contrato de financiamento, o banco deverá realizar aplicações financeiras dos recursos depositados nessa conta em fundos de

investimentos lastreados em títulos e valores mobiliários emitidos ou, direta e integralmente, garantidos ou segurados pelo Governo do Brasil ou pelo próprio Banco do Nordeste.

8. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

Em 2021:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020	31/12/2021				Valor líquido
		Valor líquido	Desmantelamento	Adição	Depreciação	Transferência	
Reservatórios, barragens e adutoras	30	134.997	-	-	-	-	134.997
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	42.092	(1.520)	-	-	303	40.875
Linhas de transmissão	30	4.137	-	-	-	-	4.137
		<u>181.226</u>	<u>(1.520)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>303</u>	<u>180.009</u>
Depreciação acumulada em serviço							
Reservatórios, barragens e adutoras		(2.136)	-	-	(4.575)	-	(6.711)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(600)	-	-	(1.408)	-	(2.008)
Linhas de transmissão		(69)	-	-	(138)	-	(207)
Arrendamento - CPC 06		(44)	-	-	(39)	-	(83)
		<u>(2.849)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.160)</u>	<u>-</u>	<u>(9.009)</u>
Em curso							
Outros		1.121	-	5.987	-	(303)	6.805
		<u>1.121</u>	<u>-</u>	<u>5.987</u>	<u>-</u>	<u>(303)</u>	<u>6.805</u>
Arrendamento - CPC 06							
Outros	29	1.616	-	(384)	-	-	1.232
		<u>1.616</u>	<u>-</u>	<u>(384)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.232</u>
Total do imobilizado		<u>181.114</u>	<u>(1.520)</u>	<u>5.603</u>	<u>(6.160)</u>	<u>-</u>	<u>179.037</u>

Em 2020:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2019	31/12/2020				Valor líquido
		Valor líquido	Desmantelamento	Adição	Depreciação	Transferência	
Terrenos		-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	30	-	-	-	-	134.997	134.997
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	-	1.905	-	-	40.187	42.092
Linhas de transmissão	30	-	-	-	-	4.137	4.137
		<u>-</u>	<u>1.905</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>179.321</u>	<u>181.226</u>
Depreciação acumulada em serviço							
Reservatórios, barragens e adutoras		-	-	-	(2.136)	-	(2.136)
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	(600)	-	(600)
Linhas de transmissão		-	-	-	(69)	-	(69)
Arrendamento - IFRS 16		(16)	-	-	(28)	-	(44)
		<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.833)</u>	<u>-</u>	<u>(2.849)</u>
Em curso							
Outros		142.637	-	37.805	-	(179.321)	1.121
		<u>142.637</u>	<u>-</u>	<u>37.805</u>	<u>-</u>	<u>(179.321)</u>	<u>1.121</u>
Arrendamento - IFRS 16							
Outros	30	1.616	-	-	-	-	1.616
		<u>1.616</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.616</u>
Total do imobilizado		<u>144.237</u>	<u>1.905</u>	<u>37.805</u>	<u>(2.833)</u>	<u>-</u>	<u>181.114</u>

9. Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a fornecedores	111	9
Indenização lucro cessante	1.383	-
Outros	773	82
Total	<u>2.267</u>	<u>91</u>

O saldo de R\$1.383 em 31 de dezembro de 2021, refere-se à indenização apurada, para a cobertura de lucros cessantes, relacionado ao sinistro (danos), ocorrido nos inversores do complexo solar. O valor será indenizado pela seguradora, contratada pela Companhia, conforme apólices de riscos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de fornecedores é composto basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores relacionados às atividades operacionais da Companhia.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Compra de energia para revenda	-	9.513
Encargo de Uso da Rede	509	28
Materiais e serviços	1.152	3.909
Total	<u>1.661</u>	<u>13.450</u>

11. Empréstimos e financiamentos

Em 28 de novembro de 2019, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNB no montante de R\$ 78.396. Este financiamento teve seu primeiro desembolso em 30 de novembro de 2020 no montante de R\$ 56.003 e está sendo amortizado em 228 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento em 15 de dezembro de 2039. A taxa de juros aplicada é de IPCA + 1,45% a.a.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante		
Empréstimos bancários com garantias	4.017	696
Total passivo circulante	4.017	696
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários com garantias	68.244	55.019
Total passivo não circulante	68.244	55.019
Total empréstimos e financiamentos	<u>72.261</u>	<u>55.715</u>
	<u>72.261</u>	<u>55.715</u>

Instituição	Remuneração	Vencimento	31/12/2021			31/12/2020	
			Principal	Custo de transação	Juros e atualizações	Total	Total
BNB	IPCA + 1,45%	15/12/2039	73.031	(820)	50	72.261	55.715
Circulante			4.013	(46)	50	4.017	696
Não Circulante			69.018	(774)	-	68.244	55.019

A movimentação de empréstimos e financiamentos no exercício está demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Captações	-	56.003	56.003
Variação monetária	-	431	431
Encargos provisionados	146	-	146
Transferências	545	(545)	-
Custo de transação	5	(870)	(865)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	696	55.019	55.715
Captações	-	16.929	16.929
Variação monetária	-	6.955	6.955
Encargos provisionados	849	-	849
Transferências	10.659	(10.659)	-
Amortizações	(7.405)	-	(7.405)
Encargos pagos	(828)	-	(828)
Custo de transação	46	-	46
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.017	68.244	72.261

Cronograma de amortização da dívida – Não circulante

2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
4.095	4.197	4.231	4.331	51.390	68.244

Cláusulas restritivas (covenants)

A linha de empréstimo contratada não está sujeita a cláusulas de *covenants* financeiros e/ou não financeiros.

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- Carta fiança bancária; e
- Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva.

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

O saldo de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 807 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2020).

Os outros tributos a pagar são como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	111	-	82	-
Programa de integração social - PIS	24	-	18	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	3	-	16	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	14	-	7	-
Imposto sobre serviços - ISS	50	-	55	-
ICMS diferido (a)	-	1.548	-	1.456
Outros	13	-	22	-
	215	1.548	200	1.456

(a) Conforme o Convênio ICMS 109/2014 que autoriza o Estado do Piauí a conceder diferimento do ICMS incidente nas operações de aquisição interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, e de importação de máquinas, equipamentos e materiais sem similar nacional, destinados à captação, geração e transmissão de energia solar ou eólica, incorporadas ao ativo imobilizado de estabelecimentos geradores de energia solar ou eólica. O diferimento valerá até 31/12/2032 conforme cláusula décima do Convênio 190/17. Para as SPE's do Projeto São Gonçalo que usufruem desse benefício fiscal (diferimento do ICMS) está sendo refletido o lançamento do imposto mensalmente nas contas contábeis.

13. Ressarcimento regulado

Em 2021, a Companhia possui o passivo de R\$ 9.211 no circulante e R\$ 2.350 no não circulante referente ao ressarcimento do mercado regulado (não apresentou saldos em 2020). Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados em 2021 a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER)

As regras de "Medição Contábil" e "Garantia Física" desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de "Medição Contábil" e "Garantia Física" são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadriênal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado ("flat"). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

Os contratos de energia reserva de fonte solar permitem que os vendedores cedam seus saldos positivos de energia ao final do quadriênio para outros geradores "deficitários" do mesmo leilão e produto. O montante de energia associado à opção será considerado como receita variável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações por arrendamentos

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques solares.

De acordo com o pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, para os contratos de arrendamento mercantil, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros de tais contratos, R\$ 55 no passivo circulante e R\$ 1.089 no passivo não circulante (R\$ 295 no passivo circulante e R\$ 1.322 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida ao direito de uso do ativo arrendado (nota explicativa 8). Abaixo demonstramos a movimentação da obrigação por arrendamentos a partir da adoção inicial.

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo no início do exercício	295	1.322	1.617
Remensuração	-	-	-
Amortizações principal	(142)	-	(142)
Adições (ajustes)	(118)	(107)	(225)
Transferências	126	(126)	-
Encargos provisionados	(106)	-	(106)
Saldo no final do exercício	<u>55</u>	<u>1.089</u>	<u>1.144</u>

Os compromissos de liquidação do saldo de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
2021	162	(107)	55
2022	126	(115)	11
2023	126	(114)	12
2024	126	(112)	14
2025 em diante	1.272	(220)	1.052
	<u>1.812</u>	<u>(668)</u>	<u>1.144</u>

15. Provisão para desmantelamento

Em 2021, com a conclusão da construção do parque solar, foi reconhecida, como custo do ativo imobilizado, provisão para desmantelamento no montante de R\$ 523 (em 2020: R\$1.905). Tal montante será reconhecido no resultado via depreciação pela vida útil remanescente do ativo. A referida provisão representa a estimativa dos custos futuros relacionados à obrigação de desmobilizar e recuperar a área em que está instalado o parque solar.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	1.905	-
Adição	-	1.905
Revisão de estimativa	(1.520)	-
Atualização financeira	138	-
Saldo no final do exercício	<u>523</u>	<u>1.905</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 132.268 dividido em 132.268 mil ações ordinárias (R\$132.268 dividido em 132.268 mil ações ordinárias subscritas), todas nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	132.268.008	100,00%	-	-
Alba Energia Ltda.	1	0,00%	-	-
Enel Green Power Participações Ltda	-	-	129.213.750	100,00%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda	-	-	1	0,00%
Total	132.268.009	100,00%	129.213.751	100,00%

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 3.054, passando o capital social para R\$ 132.268, mediante a emissão de 3.054 mil ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrita pela acionista Enel Brasil S.A. A integralização se deu através da transferência de ativos.

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

17. Receita operacional líquida

	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	43.589	25.116
Total da Receita operacional bruta	43.589	25.116
(-) Deduções da receita		
COFINS	(1.359)	(753)
PIS	(295)	(164)
Total de deduções de receita	(1.654)	(917)
	41.935	24.199

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custos e despesas operacionais

	2021			2020		
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Encargos de uso da rede elétrica	(3.234)	-	(3.234)	(3.142)	-	(3.142)
Energia elétrica comprada para revenda	(37.392)	-	(37.392)	(11.820)	-	(11.820)
Material	(4)	(188)	(192)	(290)	-	(290)
Serviços de terceiros	(285)	(12)	(297)	(83)	(1.623)	(1.706)
Aluguéis e arrendamentos	(141)	-	(141)	-	(39)	(39)
Impostos, taxas e contribuições	(13)	-	(13)	(39)	(12)	(51)
Depreciação e amortização	(6.120)	(40)	(6.160)	(2.204)	(629)	(2.833)
Seguros	(315)	-	(315)	(127)	-	(127)
Outras despesas	(44)	(1.477)	(1.521)	-	(15)	(15)
	(47.548)	(1.717)	(49.265)	(17.705)	(2.318)	(20.023)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	507	42
Variação cambial	382	1.299
Outras receitas financeiras	13	171
Total da receitas financeiras	<u>902</u>	<u>1.512</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias	(9.233)	(1.335)
Variação cambial	(1.461)	(8.971)
Custo de transação	(46)	-
Encargos de obrigações por arrendamentos	(93)	(111)
Impostos sobre operações financeiras	(18)	(34)
Atualização financeira - desmantelamento	(138)	-
Outras despesas financeiras	41	(350)
Total da despesas financeiras	<u>(10.948)</u>	<u>(10.801)</u>
Total	<u>(10.046)</u>	<u>(9.289)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de suprimento de energia elétrica	<u>43.589</u>	<u>25.116</u>
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	<u>3.487</u>	2.009
Rendimento de aplicações financeiras	<u>507</u>	42
Outras receitas financeiras	<u>13</u>	1.397
Outras receitas	<u>1.382</u>	-
Total base de cálculo	<u>5.389</u>	<u>3.448</u>
Alíquota do imposto de renda (15%)	<u>(809)</u>	(517)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	<u>(515)</u>	(321)
Total do imposto de renda	<u>(1.324)</u>	<u>(838)</u>
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	<u>5.231</u>	3.014
Rendimento de aplicações financeiras	<u>507</u>	42
Outras receitas financeiras	<u>13</u>	1.397
Outras receitas	<u>1.382</u>	-
Total base de cálculo	<u>7.133</u>	<u>4.453</u>
Alíquota da contribuição social (9%)	<u>(642)</u>	(401)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.966)</u>	<u>(1.239)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

a) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 100% da dívida indexada ao IPCA.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

a) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros das debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2020						
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	352	174	824	14.806	46.202	62.358
	352	174	824	14.806	46.202	62.358
31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	742	740	3.365	19.861	55.344	80.052
	742	740	3.365	19.861	55.344	80.052

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo das debêntures, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Valor justo hierárquico

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	7.548	7.548	17.665	17.665
Creditos com parte relacionadas	Custo amortizado	2	4.655	4.655	6.269	6.269
Cauções e depósitos em garantia	Custo amortizado	2	1.645	1.645	1.212	1.212
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	6.963	6.963	495	495
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.661	1.661	13.450	13.450
Obrigações de arrendamentos	Custo amortizado	2	1.144	1.144	1.617	1.617
Empréstimo e financiamento	Custo amortizado	2	72.261	39.144	55.715	37.333
Débitos com parte relacionadas	Custo amortizado	2	8.406	8.406	10.189	10.189

b) Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas Notas 4, 5 e 6.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratada:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022	225.931	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	n/a	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral há um valor limite que contempla todas as empresas do grupo.

23. Eventos subsequentes

Em 15 de março de 2022, tendo em vista a necessidade de capital de giro, a Companhia firmou contrato de mútuo com a Enel Brasil S.A., no montante de R\$ 510. O contrato de mútuo prevê remuneração de CDI + 1,90% a.a., com vencimento em 15 de março de 2023.

Em 31 de março de 2022, tendo em vista a necessidade de capital de giro, a Companhia firmou contrato de mútuo com a Enel Brasil S.A., no montante de R\$ 2.854. O contrato de mútuo prevê remuneração de CDI + 1,90% a.a., com vencimento em 31 de março de 2023.